

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

21
Fev
2017

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

FISCALIZAÇÃO

OAB e sindicato apontam problemas do Judiciário estadual à equipe do CNJ

Tribunal de Justiça passa por inspeção, com foco no segundo grau de jurisdição

▄ NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Problemas com as instalações precárias de fóruns, falta de servidores e juizes e demora na tramitação de processos foram apresentados ontem ao juiz Carlos Vieira Von Adamek, representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e coordenador dos trabalhos no Espírito Santo, no primeiro dia da inspeção que o órgão começou a realizar na Justiça Estadual.

Os pontos foram apontados pela Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Espírito Santo (OAB-ES), que hoje irá oficializar os



Reunião da equipe de inspeção do CNJ no tribunal

pleitos em um relatório.

Adamek afirmou que o objetivo da inspeção do CNJ é verificar o funcionamento dos tribunais e centrar uma atenção especial no funcionamento do segundo grau, porque a Corregedoria Nacional enten-

de que atuação em primeiro grau deve ser preferencialmente ou prioritariamente realizada pelas Corregedorias locais e só supletivamente pela Corregedoria Nacional.

Contudo, para o presidente da OAB-ES, Home-

ro Mafra, os graves problemas da Justiça estão no primeiro grau. “O Fórum de Castelo, por exemplo, está condenado pela Defesa Civil e há um juiz para 15 mil processos”, disse.

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sindijudiciário) também pediu uma reunião com um dos juizes que realizam a inspeção, e se reúne hoje pela manhã para apresentar as dificuldades da categoria.

“O que nos preocupa mais é o número insuficiente de servidores, e outras questões de gestão, que não envolvem dinheiro, como vagas deixadas em aberto, e servidores antigos que não conseguem remoção para onde pediram”, afirmou a presidente do sindicato, Adda Lobato.

“Inspeção é independente de denúncia ou irregularidade”

Durante o evento que deu início à inspeção feita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), o juiz auxiliar da CNJ, Carlos Vieira Adamek, esclareceu que sua equipe não veio ao Estado para apurar denúncias.

“Independentemente de denúncia específica de irregularidade, a inspeção é feita nas varas anualmente”, explicou Adamek, ao ser recebido pelo presidente do TJ, desembargador Annibal de Rezende Lima.

A inspeção, que acontece até a próxima sexta-feira, será feita em todos os estados brasileiros.

Corregedoria Nacional inspeciona Tribunal de Justiça do ES

A realização de inspeções, sindicâncias ou correções é obrigatória sempre que se registra fatos considerados graves nos serviços judiciais

Órgão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) responsável por zelar pelo bom desempenho da atividade judiciária, a Corregedoria Nacional de Justiça realizou nesta segunda até a próxima sexta-feira, uma inspeção no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES). Os trabalhos e os prazos forenses não serão suspensos durante o período.

A realização de inspeções, sindicâncias ou correções é obrigatória sempre que se registra fatos considerados graves nos serviços judiciais e auxiliares. Mesmo que não haja evidências de irregularidades. Apesar disso, é considerado um procedimento de rotina. Desde agosto de 2016. Quando o ministro João Otávio de Noronha assumiu a corregedoria, equipes do órgão já estiveram em Sergipe e no Piauí (em novembro).

Segundo a portaria nº 1 da corregedoria, de 9 de janeiro deste ano. Cerca de 16 servidores públicos vão recolher e analisar documentos e informações nos setores administrativos e judiciais da Justiça Comum, de 1º e 2º graus.

À frente da inspeção estarão os juízes do Tribunal de Justiça de São Paulo. Carlos Vieira von Adamek e Márcio Antonio Boscaro. Os magistrados do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Márcio Evangelista Ferreira da Silva e Márcio da Silva Alexandre. Além dos juízes Rui de Almeida Magalhães, do Tribunal de Minas Gerais, e Candice Lavocat Galvão Jobim, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Os 10 servidores que vão assessorar os magistrados são servidores da própria Corregedoria (6). Do Superior Tribunal de Justiça (2). Do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (2).

Foram convidados a acompanhar os trabalhos o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Annibal de Rezende Lima. O corregedor-geral da Justiça do Estado, desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa. Além da procuradora-geral de Justiça do Ministério Público Estadual, Elda Márcia Moraes Spedo. Do defensor-geral da Defensoria Pública Estadual, Leonardo Oggioni Cavalcanti de Miranda. E do presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Espírito Santo, Homero Mafra.

OAB

Em nota divulgada pela seccional da OAB no último dia 27. Mafra explicou que a entidade há tempos vem discutindo com o tribunal as consequências dos problemas estruturais. Sobretudo a falta de pessoal. Para Mafra. O número de juízes e servidores administrativos é pequeno para dar conta da quantidade de processos que tramitam no tribunal.

– É extremamente importante a presença do CNJ (no Estado). Será possível para a advocacia mostrar que são os estagiários que sustentam o Judiciário (estadual). E que a jurisdição no primeiro grau é quase que um faz de conta em algumas comarcas. Será possível mostrar a falta de servidores e juízes em muitas comarcas – defendeu Mafra.

O presidente do tribunal, desembargador Annibal de Rezende Lima, reconhece os problemas. Mas

Corregedoria Nacional inspeciona Tribunal de Justiça do ES

afirma que são efeitos da queda da arrecadação tributária estadual nos últimos anos e da consequente necessidade que o tribunal se ajuste aos limites de gastos com pessoal, impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Teto legal

Desde 2015 a folha de pagamento do tribunal excede o teto legal. Segundo Lima, mais de 200 servidores e ocupantes de cargos comissionados deixaram o tribunal nos últimos meses. Ou por aderirem ao Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), ou, no caso dos comissionados, por terem sido exonerados.

Atualmente, 46 unidades judiciárias estaduais não contam com juízes titulares, dependendo da visita de juízes de outras comarcas. De acordo com a OAB, uma das piores situações é a da região do Caparaó, onde cidades como Guaçuí, Dolores do Rio Preto, Apiacá, Bom Jesus do Norte, Divino São Lourenço e São José do Calçado estão sem magistrados titulares.

TRAGÉDIA DA LAMA

Tribunal vai decidir sobre indenizações da Samarco

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) vai decidir sobre a possibilidade de direito à indenização por danos morais decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana (MG), em novembro de 2015.

O Pleno do TJ-ES começou a analisar, na última quinta, um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, interposto pelo Ministério Público Estadual (MP-ES) contra a mineradora Samarco. O processo é relatado pelo desembargador Arthur José Neiva de Almeida.

O Ministério Público afirma que existem mais de 17 mil ações com origem no mesmo fato, o rompimento da barragem.

Segundo o MP-ES, há sentenças proferidas nos juizados especiais cíveis da Comarca de Colatina, julgando procedentes os pedidos. Mas, na 2ª Vara Cível, também de Colatina, há decisão pela improce-

dência dos pedidos, fundamentada em “impossibilidade de dano moral ambiental individual”.

A Samarco informou que tem conhecimento dessa ação e está acompanhando o seu andamento.

NILO TARDIN - 20/01/2016



LAMA NO RIO DOCE, em foto de janeiro de 2016: região afetada pelo rompimento de barragem de mineradora no ano passado

Justiça do ES começa a julgar pedido de indenização por rompimento da barragem da Samarco

Relator do processo no TJES entendeu pela admissibilidade da ação. Minsitério Público sustenta que existem mais de 17 mil ações motivadas pela tragédia em Mariana

O Pleno do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) começou a analisar, na última quinta-feira (16), um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), interposto pelo Ministério Público Estadual (MPES) contra a mineradora Samarco. No processo, discute-se a possibilidade do direito à indenização por danos morais decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos de minério do Complexo de Fundão, em Mariana (MG), ocorrido em novembro de 2015.

De acordo com o relatório, o MPES sustenta que existem mais de 17 mil ações motivadas pelo rompimento da barragem. Segundo o Ministério Público, há sentenças proferidas nos Juizados Especiais Cíveis de Colatina julgando procedentes os pedidos. Por outro lado, na Segunda Vara Cível, no mesmo município, há decisão pela improcedência dos pedidos, fundamentada em “impossibilidade de dano moral ambiental individual”.

O relator do processo no TJES, desembargador Arthur José Neiva de Almeida, entendeu pela admissibilidade da IRDR. “Tais fatos levam à conclusão pelo juízo positivo de admissibilidade do presente IRDR, uma vez que demonstram, a princípio, efetiva repetição de processos com idêntica controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e o risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica”, destacou em seu voto.

O magistrado destacou ainda, em seu voto, exemplos de IRDR em jurisprudências no país, e, por fim, acolheu o pedido do MPES. Em seguida, o desembargador Adalto Dias Tristão pediu vista do processo para melhor análise.



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO**Leonel Ximenes****A crise em debate**

Juiz titular da Auditoria de Justiça Militar do ES, Getúlio Pereira Neves aproveitou uma viagem já agendada a São Paulo e fez uma visita ontem ao Tribunal de Justiça Militar daquele Estado. Na pauta da conversa, assuntos de interesse das Justiças Militares estaduais dos dois Estados.

Notícias

Técnica em enfermagem vai ser indenizada em R\$ 3 mil após ficar sem diploma

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://www.radiojustica.jus.br/radiojustica/noticia!visualizarNoticia.action?entity.id= 336648>



FOTOS: RODRIGO GAVINI/AT

JÚDICE é cumprimentado por Colnago. Acima, com os pais Ana Rita e Fernando, e com a mulher Mariana e os sogros

POSSE NO TRE

Novo juiz é contra foro para vereador

Rodrigo Júdice também condenou o benefício a secretários estaduais, mas defendeu para os cargos de governador e de presidente do País

Vitor Carletti

Novo juiz do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Rodrigo Júdice tomou posse ontem no cargo e defendeu o fim do foro privilegiado para vereadores e secretários estaduais.

O foro privilegiado é um direito adquirido por algumas autoridades públicas para que possam ter um julgamento especial quando são alvos de processos penais. “O foro privilegiado é importante, pois seria desarrazoável que um

presidente e um governador ficassem sujeitos a decisões de juízes do Brasil todo. Mas acho que secretários e vereadores não merecem ter foro”, afirmou.

O novo membro do TRE criticou parte da classe política. “A falta de credibilidade de boa parte da classe política potencializa a atuação do Judiciário e aumenta a judicialização da política. O julgador, nesse momento de crise, precisa de cautela, pois não pode substituir o parlamento para que não haja crise institucional”, disse.

Júdice já foi juiz eleitoral entre 2009 e 2010 e foi escolhido pelo presidente Michel Temer entre três nomes sugeridos e encaminhados pelo Tribunal de Justiça para ocupar uma das duas vagas na classe de advogados. Ele foi procurador-geral no governo de Renato Casagrande e ocupou a Secretaria de Estado de Meio Am-

biente na gestão do governador Paulo Hartung (PMDB).

Júdice foi introduzido à Corte ontem pelos juízes eleitorais Adriano Athayde Coutinho e Samuel Meira Brasil Júnior. O novo membro do TRE discursou por 37 minutos para um plenário lotado, composto por deputados, procuradores, advogados e familiares.

A fala foi baseada no filósofo Friedrich Wilhelm Nietzsche, nos ensinamentos sobre alteridade (capacidade de se colocar no lugar do outro) dados por sua mãe, Ana Rita Júdice, que foi acompanhada pelo marido, Fernando Júdice. A mulher, Mariana Júdice, foi elogiada no discurso como “amada e zelosa”.

O vice-governador, César Colnago (PSDB), e o vice-presidente do TJ-ES, Fábio Clem, representaram o governador Paulo Hartung e o presidente do TJ-ES, Annibal de Rezende Lima, respectivamente.

OPINIÃO DA GAZETA

✦ Indenizações a presos atacam as consequências e não as causas dos problemas crônicos penitenciários no país

UM PASSO DE CADA VEZ

Comparações são sempre complicadas, dadas as distinções evidentes na natureza dos serviços prestados, mas é inegável a discrepância no fato de, no Espírito Santo, os gastos com um preso serem cinco vezes maiores do que os de um aluno da rede estadual. E a despesa com o prisioneiro no Estado nem é das mais altas do Brasil: enquanto o valor por aqui é de R\$ 1.750, no país a média é de R\$ 2.400, segundo o Ministério de Justiça.

Em meio à decisão do Supremo de indenizar um detento do Mato Grosso do Sul por danos morais em razão das condições insalubres no encarceramento, há um questionamento que grita: para onde vai tanto dinheiro? Se, mesmo com os gastos elevados, situações degradantes imperam nas prisões brasileiras, há claramente problemas sérios de gestão que precisam ser esclarecidos. Há a necessidade óbvia de um pente-fino, uma investigação minuciosa dos possíveis ralos. Eficiência, enfim.

A abertura de processos contra o Estado inspirados na decisão do STF deve crescer, e não deixa de ser justa, sendo o governo responsável pelos presos, sob sua custódia. Mas será essa a melhor forma de enfrentar o problema? Além de tudo, abre brechas para outras reclamações por serviços públicos deficientes. No caso, a própria educação, objeto de comparação nesse texto. A possibilidade de mais essas despesas é inviável na atual situação do país.

As más condições das prisões brasileiras são um problema crônico, que inviabiliza a ressocialização. Essas indenizações, embora justas, atacam a consequência, não a causa. Governos não podem se omitir, mas cabem outros modos de pressioná-los. Reduzir a massa carcerária, acelerando os processos e a libertação de quem já cumpriu pena, já seria um primeiro passo.

VALOR

1.750

reais

É média de gastos mensais com um preso no Espírito Santo. No país, o custo médio do detento é de R\$ 2.400.

Mais segurança para comprar imóvel

Agora, matrícula da propriedade indicará se proprietário é alvo de ação judicial que coloque o bem em risco no futuro

Dayane Freitas

Está mais seguro comprar um imóvel, principalmente se for adquirido de um particular. Agora, se o atual proprietário é alvo de ação na Justiça que possa colocar a propriedade em risco no futuro, bastará olhar na matrícula da unidade, no cartório de registro de imóveis, para obter o dado.

A lei 13.097, de 2015, começou a

valer ontem e determina, em seu artigo 54, que deverá constar na matrícula do imóvel essa informação.

O advogado da área imobiliária Diovano Rosetti explicou que quem tem de passar essa informação para o cartório de registro de imóveis é o credor.

“Depois que o credor ajuíza a ação de execução ou se já há sentença condenando o dono do imóvel a pagar, ele deve pedir autorização judicial, ir ao cartório e informar que há processos em curso em determinada vara. Se o credor não informar nada, o comprador será considerado de boa-fé”, explicou o advogado.

Antes, para atestar que um imóvel não tinha problemas, o comprador deveria verificar em diver-

sos cartórios e fóruns.

O Sindicato dos Notários e Registradores do Espírito Santo foi procurado para comentar a mudança, mas não se posicionou.

ENTENDA

Informação no cartório

> A LEI 13.097, DE 2015, começou a valer ontem e determina, em seu artigo 54, que deverá constar na matrícula do imóvel a informação de que o bem é alvo de ação judicial que possa colocar a propriedade em risco.

> QUEM TEM DE PASSAR essa informação ao cartório de registro de imóveis é o credor da dívida.

Fonte: advogado Diovano Rosetti.



DIOVANO ROSETTI destacou que o comprador terá mais facilidade



FEBRE BOLSONARO
No deserto de homens e ideias da política brasileira, até ele arrasta multidões



veja
www.veja.com

Editora ABRIL
edição 2518 - ano 50 - nº 8
22 de fevereiro de 2017

ELES NÃO ESTÃO NEM AÍ

Por que os políticos resistem tanto às demandas éticas da sociedade



A cegueira moral de Alexandre de Moraes

A surdez oportuna de Michel Temer

O silêncio cúmplice de Eliseu Padilha

“SÃO IRRESPONSÁVEIS”

O governador do Espírito Santo, ainda lidando com o desastre na segurança pública em seu estado, lamenta o socorro do governo Temer a quem não fez a lição de casa **THIAGO PRADO**



ALTA ANTECIPADA

Hartung em casa: repouso pós-cirurgia interrompido pela crise da segurança pública



É NA RESIDÊNCIA oficial, em Vila Velha, no Espírito Santo, e não no Palácio Anchieta, sede do poder, em Vitória, que o governador Paulo Hartung (PMDB) acompanha a crise de segurança pública capixaba. Ela não está de todo estancada — parte da polícia ainda está fora das ruas. Ficar em casa faz parte do acordo com seus médicos para ter alta antes do previsto, após uma cirurgia para a retirada de um câncer na bexiga, em São Paulo. “Saí da sedação e aí soube o que estava acontecendo em meu estado”, conta, visivelmente debilitado. Aos 56 anos, o economista Hartung, no terceiro mandato à frente do Espírito Santo, afirma que vai punir os responsáveis pelo tumulto, dispara contra o

governo Temer — por sua disposição de socorrer estados à beira da falência no lugar de premiar os que tosaram os gastos — e voltou a mencionar sua intenção de filiar-se a uma sigla mais afinada com sua visão de mundo. Abaixo, os principais trechos da entrevista que concedeu a VEJA.

QUESTÃO NACIONAL “A reivindicação salarial dos policiais vai além das fronteiras do Espírito Santo e tem reflexos, principalmente, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Pará, estados onde já se vê há tempos uma clara insatisfação. Mas, seja onde for, em qualquer circunstância, a polícia não pode parar de trabalhar. É um ato ilegal, inconstitucional e de grave irresponsabilidade. Esta é a pior crise da história do Brasil, e a nossa grande chaga é o desemprego. Vamos olhar para quem tem estabilidade ou para quem está sem trabalho? Aliás, sou contra a estabilidade no serviço público. É preciso ter espaço para empregar e dispensar em momento de dificuldade. E temos de ter ferramentas para premiar bons resul-

“É inacreditável que o país que afastou uma presidente por irresponsabilidade fiscal agora seja tolerante com a farrá de gastos de certos estados”

tados. Não faz sentido pagar o mesmo a funcionários de produtividade diferente. Ninguém faz isso no mundo moderno.”

SALÁRIO POSSÍVEL “A remuneração dos PMs do Espírito Santo é compatível com a economia do estado. A renda do capixaba gira em torno de 1 900 reais, enquanto o salário inicial de um policial, incluindo as escalas, é de cerca de 3 000 — 40% maior que a média. A comparação tem de ser essa. Não dá para equiparar o salário da polícia daqui ao da de São Paulo ou de Nova York. Precisamos entender ainda que, além da crise econômica nacional, que atingiu a todos, enfrentamos o baque da queda dos preços do petróleo e da arrecadação de royalties, tão relevante para o estado. Neste momento, não existe a menor folga para conceder aumento.”

PRÊMIO AOS MAUS ALUNOS “Eu me sinto injustiçado ao ver que o Brasil não valoriza aqueles que cumprem rigorosamente a Lei de Responsabilidade Fiscal. Vigora no país a pedagogia reversa. Quem mete o pé na jaca e não se

ajusta vai bater à porta da União sabendo que será socorrido. É increditável que o mesmo país que noutro dia afastou a presidente Dilma Rousseff justamente por irresponsabilidade fiscal agora seja tolerante com a farra de gastos de certos estados. Temos muito que avançar aí. Apoio a criação de uma política de bônus para quem faz o dever de casa.”

INFLUÊNCIAS EXTERNAS

“Não tenho dúvida de que a paralisação no Espírito Santo teve conotações políticas, mas evito dar grande peso a esse fator e citar nomes. Até o momento escolhido para o movimento eclodir foi premeditado. Nosso radar mostrava que algo aconteceria durante o Carnaval. Mas bastou eu me internar em São Paulo, na sexta 3, para o movimento começar. Foi covardia. Agora, é bom que as lideranças saibam que a reação do governo é e continuará sendo de tolerância zero. Estamos investigando se uma parcela da tropa aproveitou para acertar contas com bandidos. Quem estiver envolvido com essa explosão de homicídios — seja policial, seja mi-

liciano, seja grupo de extermínio — vai ser punido.”

GOVERNO TEMER “O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, montou uma equipe extraordinária. Finalmente a racionalidade econômica começou a prevalecer sobre a marcha de insensatez que antes predominava. Falta agora dialogar melhor com a sociedade. Estamos à beira de um precipício, com um déficit anual de 150 bilhões de reais, e isso precisa ser enfatizado junto à população. É claro que este não é o governo dos nossos sonhos, mas precisamos ser pragmáticos. Passamos por um impeachment traumático, e já é mais do que hora de seguir em frente; do contrário, veremos a ascensão do populismo em 2018. Basta olharmos para os nossos vi-

zinhos latino-americanos para saber que as coisas podem piorar ainda mais se não dermos os passos certos.”

MUDANÇA DE PARTIDO “O quadro partidário brasileiro está destruído e os políticos vivem completamente desconectados da realidade. Um país que tem mais de trinta partidos, na verdade, não tem nenhum. Gostaria de estar em uma sigla que expressasse a minha visão de mundo. Mas não acho justo ficar falando mal só do PMDB, quando o sistema inteiro entrou em colapso. A Lava-Jato está dando uma grande contribuição ao país, mas prefiro parar por aqui. Afinal, um entrevistado que se recupera de uma cirurgia não pode sair comprando briga com todo mundo, certo?” ■

